Dossiê

Biografia e História do Trabalho (II)

Em que a trajetória do sr. Manoel Inácio Marques Neto pode contribuir à compreensão da formação do proletariado brasileiro?

(Rio Grande do Sul, década de 50 do século XX)

Rodrigo de Azevedo Weimer*

11

Resumo: O presente artigo objetiva estabelecer um diálogo entre a historiografia que aproximou as lutas antiescravistas das lutas operárias na Primeira República e a que investigou os destinos de antigos escravos e familiares após o fim da escravidão. Por meio de casos exemplares relativos ao Rio Grande do Sul verificados por meio de fontes orais, sobretudo o do camponês negro e, mais tarde, trabalhador urbano Manoel Inácio Marques Neto, o artigo discute as expectativas das famílias negras em relação à liberdade; a variedade temporal e geracional da inserção do negro no mercado de trabalho, relacionando-a às suas éticas laborais; e os efeitos do racismo na escolha da mão de obra. O objetivo deste apanhado é enfocar alguns aspectos acerca da historiografia do trabalho diante das contribuições dos estudos do pós-abolição. Enfocarei dois momentos decisivos: o imediato pós-abolição e meados do século XX.

Palavras-chave: escravidão; operariado; campesinato negro; ética do trabalho.

Abstract: The present article aims to promote a dialog between the historiography that approached the anti-slavery campaign to the labors' combats at Brazilian First Republic and that one that investigated the destination of former slaves and their families after the end of slavery. The article discusses, by means of exemplary cases

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Historiador na Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (RS). Os nomes dos entrevistados foram mantidos no caso de pessoas falecidas ou quando há autorização escrita para citá-los nominalmente. Nas demais situações, empregaram-se nomes fictícios, marcados por aspas. As entrevistas foram realizadas por mim. Dedico este estudo à memória de Manoel Inácio Marques Neto. Agradeço aos historiadores Fernando Pureza e Benito Bisso Schmidt pelos comentários, sugestões e empréstimos bibliográficos. Uma versão muito preliminar deste artigo foi publicada, on-line, como Texto para Discussão da FEE. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. "Trabalho livre para além do assalariamento: campesinato negro no pós-abolição, nem cativos, nem operários." In: FEE, *Texto para Discussão*, 141. Porto Alegre: FEE, 2015. <http://www.fee.rs.gov.br/tesdes/trabalho-livre-para-alem-do-assalariamento-campesinato-negro-no-pos-abolicao-nem-cativos-nem-operarios/> Originalmente, foi apresentado como comunicação para as VIII Jornadas do GT Mundos do Trabalho-ANPUH/RS – Histórias do trabalho escravo, liberto e livre, como uma reflexão sobre como os novos estudos sobre pós-abolição podem contribuir para novas problemáticas por meio do diálogo com o campo de História do Trabalho. E-mail rodrigo.weimer@fee.tche.br.

on the Brazilian state of Rio Grande do Sul verified through oral sources, meanly that one of the black peasant and, later, urban worker Manoel Inácio Marques Neto, the expectations of black families on the freedom; the temporal and generational variability of the insertion of black people in the labor market, linking it to their laboral ethics; and the effects of the racism in the choice of manpower. This summary aims to focus some questions of the labor's historiography owing to the contributions of the post-Abolition studies. We'll notice the labor ethics in two decisive moments: the immediate post-Abolition and the middle of the XXth century.

Keywords: slavery; labor class; black peasantry; labor ethics.

Eu sempre achei errado trabalhar pros outros.¹
"Sílvia Angélica Joaquina"

Introdução

Manoel Inácio Marques Neto, hoje falecido, nasceu em fins da década de 1930 ou inícios da de 1940 na área rural do atual município de Maquiné, então pertencente a Osório.² Neto de escravos, o rapaz viveu sua infância e adolescência em terras adquiridas por seu avô no imediato pós-abolição com recursos originários da carpintaria, e lavradas por décadas pelo trabalho familiar, segundo seu próprio relato. Em fins da década de 1950 dirigiu-se a Porto Alegre para prestar serviço militar, após uma estadia em Osório.³ A capital pareceu-lhe promissora, de forma que decidiu ali ficar e tentar a sorte.⁴ Também o fizeram muitos outros de sua geração – brancos ou negros –, incluídos seus primos, também analisados neste artigo. Com efeito, durante a década de 1950, Porto Alegre e cidades circunvizinhas praticamente duplicaram em população, com um acréscimo de 89%.⁵

Trabalhou na capital, de onde guardava lembranças positivas e onde tivera ocupações como guarda, motorista e portuário. Como era o caçula e único rapaz entre sete moças, o ambiente urbano revelou-se uma possibilidade de exercício de experiências de masculinidade. Seu pai teria escutado do tenente que o alistara: "Cuidado com o rapaz, pra ele se divertir um pouco, que você tá segurando muito ele. E ele não é parte feminina. É masculina." Na perspectiva de que diversões seriam prerrogativas masculinas, elas não faltaram para Manoel. Tinha "namoradas de montão", e como "não faltava" trabalho nem dinheiro, com seus quase dois salários "de noite eu girava. Eu não parava, [...] era o dono da rua".⁶

Os giros desse rapaz negro, que teve oportunidade de conhecer já idoso,⁷ permitem reflexões sobre a participação dos negros na formação da classe operária

1 Entrevista com o Sr. "Sílvia Angélica Joaquina" em 14 de abril de 2015 em Porto Alegre. Nome fictício.

2 Este nome foi atribuído em 1934 pelo interventor Flores da Cunha à localidade outrora denominada Conceição do Arroio. Durante o século XIX e o início do século XX, sua economia, seja baseada no trabalho escravo, em um primeiro momento, seja em glebas camponesas, posteriormente, amparou-se na criação pecuária e na agricultura, com destaque para a cana-de-açúcar. Havia indústrias vegetais: alambiques produziam cachaça; engenhos, açúcar; e atafonas, farinha. A partir de meados do século XX, o eixo econômico deslocou-se da beira das lagoas para a costa, com o desenvolvimento baseado na vilegiatura marítima.

3 Maquiné dista 62 km de Osório pela estrada BR-101, e esta última está a 109 km de Porto Alegre pela BR-290.

4 Entrevista com o Sr. Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório (LABHOI – UFF).

5 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). "Do destino e utilização dos homens do campo". In: FEE. *A agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1982, p. 70. (25 anos de economia gaúcha. V. 3).

6 Entrevista com o Sr. Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório (LABHOI – UFF).

7 Entrevistado no início de 2009, o Sr. Manoel hesitou entre 68 e 70 anos ao ser indagado sobre sua idade.

brasileira. Não há, aqui, expectativas biográficas no sentido de dar conta de uma vida. Tampouco se pensa em termos de micro-história, já que o acompanhamento exaustivo de seu nome em fontes escritas está fora de questão. Prefiro explorar narrativas obtidas a partir da história oral – dele e de familiares que apresentaram percursos similares –, com a reconstituição de trajetórias por meio da memória.⁸ Nesse exercício, tive gratas surpresas, em termos de questões a discutir.

Nas entrevistas – realizadas em diferentes situações – os idosos negros contaram vivências de migração e trabalho.⁹ Os testemunhos não oferecem base para reconstituições factuais, mas são eloquentes sobre valorações dadas, outrora e agora, ao meio rural e urbano, bem como ao trabalho em cada lugar. Assim, foi possível acessar como as experiências sociais foram vividas e recordadas. Em lugar de desviar os rumos traçados pela historiografia do trabalho, podemos nuançar peculiaridades da população negra, não a colocando como vetor sem referenciais próprios na formação da classe trabalhadora. Apesar de forjadas em brutais situações de submissão ao trabalho forçado, suas experiências laborais informaram sua inserção no mercado de trabalho, a longo prazo.

Manoel e familiares serão, assim, guias em um trajeto de pesquisa que problematizará aspectos da bibliografia de história do trabalho à luz dos trabalhos de pós-abolição. Centrar-me-ei nas éticas laborais que orientavam suas ações em dois momentos marcantes – o imediato pós-abolição e meados do século XX. Não nego a importância do intervalo representado pela primeira metade do século, e a ética do trabalho efetivamente não explica tudo. É relevante a atuação estatal e de classes proprietárias para restringir as possibilidades desse contingente populacional. Contudo, aquela é a variável sobre a qual optei por enfatizar no contraste entre dois momentos significativos.

Não extrapolo as conclusões ao conjunto do país, mas os casos estudados – de Manoel e alguns primos e familiares, obtidos em uma mesma rede de informantes – indicam uma participação da população negra na formação do operariado mais recente e dificultosa do que se costuma crer. Por elementos empíricos microssituados, torna-se possível trazer o relevo da população de camponeses negros que sobreveio à abolição da escravidão, que sobressaía em relação ao conjunto da população regional e que não tem recebido a devida atenção por uma bibliografia até recentemente concentrada nos trabalhadores urbanos.

A incidência numérica do campesinato negro é inquestionável. Em 1920, 1940 e 1950, a população rural do Rio Grande do Sul equivalia, respectivamente, a 73,56%, 68,85% e 65,86% dos habitantes.¹⁰ Mesmo que esses agregados incluam boa parte de população branca, é aos negros que me refiro, e provavelmente a

8 Maria Célia Paoli sublinhou que as fontes existentes enfocam a classe trabalhadora a partir do ponto de vista daqueles que se propunham a falar "em nome dela", ocultando o discurso próprio dos sujeitos. PAOLI, Maria C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & Identidade Operária. Aspectos da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Marco Zero, 1987, p. 59. A história oral pode ser uma via interessante de "driblar" essa dificuldade metodológica ao aproximar-se do ponto de vista dos atores sociais envolvidos, ainda que a partir de um olhar retrospectivo.

9 Os informantes foram escolhidos a partir de redes familiares que tomaram como ponto de partida as irmãs de Manoel Inácio.

10 Durante a década de 1940, a taxa de crescimento populacional anual nas cidades gaúchas era de 3,23%, e no campo, 1,84%; no decênio seguinte, respectivamente 5,57% e 0,91%; e nos anos 60, 3,8% e 0,36% (BANDEIRA, Pedro Silveira. "As raízes históricas do declínio da região Sul." In: ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.

proporção entre rurícolas era mais elevada do que no conjunto da população.¹¹ É necessário levar em conta a não coincidência entre trabalho livre e assalariado. Sílvia Lara assinalou que as implicações da liberdade podiam diferir da "livre venda" de força de trabalho por um salário.¹² Assim sendo, a "transição" não implicava necessariamente no assalariamento, muito menos entre os libertos de 1888. Pelo contrário, avalia-se o peso da população camponesa negra frequentemente secundarizada nas abordagens sobre a contribuição dos negros à formação do operariado.¹³

Ao apresentar formulações diversas, contento-me em identificar problemas a se discutir, não me propondo a esforços sintéticos. Em minha reflexão, cruzo duas importantes contribuições recentes da historiografia brasileira. Os anos 2000 assistiram, em primeiro lugar, a tentativas de aproximação das experiências dos operários às dos escravos, ressaltando a importância dos últimos à formação – em termos thompsonianos – do proletariado nacional. Importantes expoentes dessa vertente são Marcelo Badaró Mattos¹⁴ e Maria Cecília Velasco e Cruz.¹⁵ Além desses, foram relevantes os trabalhos que buscaram mapear os destinos de ex-escravos no período posterior a 1888, convencionalmente denominados de estudos de pós-abolição.¹⁶ Vale ressaltar as pesquisas baseadas em história oral empreendidas por Hebe Mattos e Ana Rios.¹⁷ Ambos campos de pesquisa pouco dialogaram por terem sido realizados em relativa simultaneidade. Contudo, estudos pioneiros de pós-abolição remetem à década de 1990.¹⁸ Acredito que os últimos possam ajudar a relativizar conclusões dos primeiros, por meio do diálogo entre diferentes áreas de estudos.

Diante desses parâmetros, e me colocando em um lugar de estudioso do pós-abolição, identifico dois aspectos metodológicos insatisfatórios em certa bibliografia sobre a contribuição dos trabalhadores negros. Primeiramente, o questionário dirigido às fontes é tomado a partir das preocupações de pesquisa dos estudos de movimento operário, isto é, um aporte genérico da população negra

11 De acordo com o censo de 1950, naquela ocasião as populações preta e parda, somadas, equivaliam a 10,67% dos habitantes do Rio Grande do Sul. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Brasil: Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível on-line em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em 21/11/2016.

12 LARA, Sílvia. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil." *Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1998.

13 Por camponeses, de uma forma geral, entende-se o segmento populacional que produz alimentos com base na mão de obra familiar com acesso estável à terra. Constituem núcleos, a um só tempo, de produtores e consumidores, ao trabalharem para si mesmos. Assim, a dinâmica econômica não se dá pela via do assalariamento. O manejo da proporção entre "braços a trabalhar" e "bocas a alimentar" permite aos camponeses equacionar o seu próprio desgaste ("autoexploração") e os graus de conforto possíveis ao núcleo familiar, a depender da sua dinâmica demográfica. Para maiores detalhes, ver CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.

14 MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. MATTOS, Marcelo Badaró. "Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro." *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

15 CRUZ, Maria Cecília Velasco. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908." *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 188-209, dez./fev. 2005-2006.

16 A noção de pós-abolição contempla tanto o período histórico compreendido entre 13 de maio de 1888 e o tempo presente, quanto um projeto investigativo – que dá sentido àquela periodização – em que se analisam destinos, itinerários e protagonismos de (ex-)escravos, forros, negros em geral, e seus descendentes.

17 RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

18 RIOS, Ana L. "Família e Transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)". (Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 1990); MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013 (3ª edição, original de 1993); MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

ao proletariado. A agenda de pesquisa poderá ter uma abordagem mais eficaz se levar em conta as motivações da população negra *por si*, isto é, investigando em que seus anseios e ética do trabalho contribuíram à sua constituição. Há uma carência, em alguns estudos, no que toca à verificação dos interesses e projetos da população negra em sua especificidade. Essa apreciação pode incidir em uma melhor avaliação de sua participação na composição do operariado.

Além disso, a maior parte daquelas pesquisas centra-se na identificação de vínculos genealógicos entre a luta antiescravista e o movimento operário. Eis o "caminho" demonstrativo dessa ligação. Isso pode levar a uma concepção da participação dos negros na formação da classe operária centrada desproporcionalmente nas lideranças. Diversos líderes sindicais entre 1889 e 1930, é verdade, eram negros e haviam atuado no movimento abolicionista.¹⁹ Contudo, esta abordagem não está centrada no conjunto do operariado; não contempla os negros rurais, constituintes de massiva maioria; e está identificada em um momento em que o afluxo de ex-escravos às cidades era mínimo.²⁰ As migrações mais volumosas se deram nas décadas de 1940 e 1950.

Dividirei minha exposição em alguns momentos. Primeiramente trarei algumas "notas historiográficas", nas quais sistematizarei o apanhado bibliográfico apresentado. A partir das críticas destacadas, irei apontar, a partir de exemplos empíricos, necessidades que parecem ser importantes de se levar em conta em estudos vindouros: as expectativas e éticas de trabalho dos libertos de 1888 e seus filhos; a temporalidade geracional dos processos migratórios e de uma proletarianização mais consolidada; e os efeitos restritivos do racismo no acesso ao mercado de trabalho fabril.

Notas historiográficas

Os estudos sobre o operariado, na última década, se aproximaram daqueles sobre a escravidão. Os negros têm sido valorizados pelos historiadores do movimento operário por sua importância na formação da classe trabalhadora brasileira. Campos historiográficos distintos têm buscado interseções. Uma convergência está, a partir dos anos 1980, nos aportes da história social, ao reconhecer o poder da ação subjetiva e de valores culturais de trabalhadores livres ou (ex-)escravizados.²¹ Em ambos os casos, a história rejeita perspectivas que reduzem trabalhadores, livres ou não, à passividade. Sob influência da obra de E. P. Thompson, sujeitos históricos ativos na defesa de seus projetos e interesses ganharam as páginas da bibliografia histórica concernente à escravidão ou à autoconstituição do proletariado e, depois, como sujeitos sociais emergentes da escravatura.

Tais aproximações revelaram-se férteis, ensejando trabalhos inovadores que trouxeram uma releitura da formação do operariado brasileiro. Marcelo Mac Cord, por exemplo, destacou a concomitância entre os "mundos do trabalho" de forros

19 CRUZ. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro"; MATTOS. *Escravizados e livres*; MATTOS. "Trajetórias entre fronteiras"; LONER, Beatriz. "Antônio: de Oliveira a Baobad." In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da Emancipação*. Biografias, Instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

20 LAGO, Luiz Aranha Corrêa. *Da escravidão ao trabalho livre*. Brasil, 1550-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

21 CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. "Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980". *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

e cativos no século XIX, mesmo que se demarcassem com clareza as fronteiras que separavam uns e outros.²² Da mesma forma, Souza aponta que a liberdade e o distanciamento de relações de trabalho assemelhadas ao cativeiro seguiam na pauta dos trabalhadores ferroviários na virada do século XIX para o XX.²³

Beatriz Ana Loner percebeu quão importante foi o recrutamento de operários dentre os trabalhadores nacionais, sobretudo negros, durante a Primeira República. Trata-se de uma situação marcante, mas talvez peculiar, no espaço fabril de Pelotas, onde a força de trabalho eurodescendente não era assim tão disponível. Sem negar as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em função do preconceito, a autora assinalou a significativa presença de negros oriundos das charqueadas no proletariado.²⁴ A autora também registrou episódios de greves em que escravos e libertos paralisaram suas atividades e recusaram-se a trabalhar, identificando métodos de luta característicos dos operários entre os escravizados no ocaso do regime escravocrata.²⁵

Já no campo da história da escravidão, também João José Reis analisou uma greve de escravos de ganho soteropolitanos em 1857, que protestavam contra medidas de controle pretendidas pela Assembleia Legislativa Provincial.²⁶ Ao discutir os motivos pelos quais os cativos apelaram para este tipo de manifestação, geralmente associado ao operariado, apontou o autor:

Os ganhadores não tinham fábrica, mas tinham cidade, eram trabalhadores informais, mas coletivamente organizados. O fato de serem gente urbana, consciente de sua importância para o funcionamento da cidade, inserida num mercado de trabalho monetarizado, explica em parte o estilo de resistência escolhido.²⁷

Badaró Mattos também analisou recusas dos cativos em trabalhar em momentos esparsos no Rio de Janeiro do século XIX. Ele traçou elos que ligavam a experiência de luta antiescravista com as mobilizações de trabalhadores na Primeira República. Escravos e livres compartilhavam os mesmos ambientes de trabalho – zona portuária – e criaram sociabilidades e solidariedades. Em suas palavras, "mais significativo é o fato de que as primeiras experiências de organização coletiva surgiram no calor da luta contra a escravidão".²⁸ O autor sublinha, assim, a importância da interação entre operários e escravizados na formação de uma consciência de classe.

Velasco e Cruz, por sua vez, apontou laços simbólicos e tradições de luta em continuidade entre trabalhadores e antigos escravos. "Na verdade, foram as práticas sociais já quase centenárias dos grupos de trabalho autoorganizados [sic] dos antigos escravos de ganho e libertos que abriram o caminho para a organização definitiva da associação".²⁹ Ela menciona, ainda, "histórias de vida entrelaçadas com a experiência cumulativa das lutas escravas no campo jurídico".³⁰

Esses pesquisadores procuraram incorporar, por meio de exemplos

22 MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania*. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

23 SOUZA, Robério. *Tudo pelo trabalho livre!* Salvador: Editora da UFBA/FAPESP, 2011.

24 LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

25 LONER, Beatriz. "Greve ou motim: como entender as paralisações de trabalho entre trabalhadores cativos." In: V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: ANPUH-RS, 2000.

26 REIS, João José. "A greve negra de 1857 na Bahia". *Revista USP*, São Paulo, n. 18, 1993.

27 REIS. "A greve negra", p. 29.

28 MATTOS. *Escravizados e livres*, p. 134.

29 CRUZ. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro", p. 194.

30 CRUZ. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro", p. 205.

empíricos, laços usualmente ignorados: na discussão sobre a constituição da classe trabalhadora, veio à tona um segmento social até então omitido. Veremos que não é coincidência o fato desses autores terem encontrado essas convergências entre os portuários. Algumas perspectivas, todavia, identificam o trabalho livre com o assalariamento quando, pelo contrário, veremos, os antigos cativos – é o que apontam os estudos pertinentes – almejavam, principalmente, trabalhar para si.

As expectativas laborais dos cativos

As experiências sociais dos escravos frequentemente se tornaram dignas de interesse em função da contribuição prestada à constituição da força de trabalho operária, e não em sua especificidade. Assim, não houve diálogo dos trabalhos sobre movimento operário com os estudos que problematizaram os significados da liberdade impressos pelos escravos durante a vigência do cativeiro, que foram reduzidos a precedentes formais do trabalho proletário e suas lutas. Há carência de uma maior preocupação – um problema grande em se tratando de história social – com as perspectivas específicas dos (ex-)cativos, estejam situados no meio rural, estejam na cidade.

Muito se debateu sobre a produção de alimentos no interior dos lotes escravistas por parte de famílias de escravos. Essa possibilidade foi interpretada como "brecha camponesa" do escravismo, como "característica estrutural" sistêmica da escravidão, ou ainda como "economia interna dos cativos", lida como modalidade de resistência. Não entrarei nesse debate,³¹ mas pretendo sublinhar que a experiência da agricultura familiar não era alheia à vivência dos escravos. Trabalhava-se em horas "livres", entre um momento e outro do eito, aos domingos e dias santos. Diversos estudos apontam a formação de parâmetros culturais, éticas de trabalho e culturas políticas específicos dos forros a partir de expectativas de vida livre diferenciadas da escravidão.

Hebe Mattos destacou que, durante o regime escravista, os cativos forjaram imagens, visões e conceitos de liberdade dos quais se aproximaram. Para a autora, de diversas formas, os escravos aspiraram romper com a homogeneidade e a desumanização artificialmente impostas pelo escravismo. Tratava-se de jogo ambíguo, já que essa diferenciação não era sempre acessível e podia dar margem a cisões nas escravarias – o que convergia com interesses senhoriais.³² Fraga Filho, por sua vez, traçou um quadro no qual a afirmação da liberdade dos antigos escravos passava por um distanciamento em relação aos papéis desempenhados durante a vigência do regime escravocrata, sobretudo no que tange ao poder desempenhado pelos antigos senhores. A desvinculação das lavouras próprias das dos fazendeiros era condição para uma vida sem sujeição.³³

31 CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

32 MATTOS. *Das cores do silêncio*.

33 FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 123-164.

Uma família que conseguiu construir um espaço de diferenciação em meio ao cativeiro foi a do casal Felisberta e Manoel Inácio, avô do personagem que intitula este artigo. Trabalhando no ofício de carpinteiro, aprendido durante a vigência do escravismo, aquele ex-escravo pôde comprar terras na localidade denominada Despraiado, de seus antigos senhores. Realizada por meio do fornecimento de um recibo, a venda possuía frágeis embasamentos legais, pela ausência de registro em cartório. Contudo, o terreno foi preservado por meio do pagamento regular de impostos.³⁴ Ali trabalharam sua esposa Felisberta e os filhos Angélica, Raquel, Rosalina, Manoel Inácio Filho, Maria, Ladislau e Mercedes. Ainda que aquele terreno não se encontre mais ocupado, muitas glebas de famílias negras vizinhas ali permanecem até hoje, produzindo alimentos, cana, banana (nas encostas de morro), criando gado e, mais recentemente, praticando o extrativismo mineral.

A comunidade do Morro Alto, formada por descendentes de escravos da fazenda outrora ali situada, localiza-se entre as lagoas dos Quadros, Pinguela e o espigão do morro. Seu centro situa-se no entroncamento das estradas RS-407 e BR-101. A comunidade, sita nas coordenadas de 29º S e 50º W, estende-se pelas localidades de Aguapés, Barranceiras, Ribeirão do Morro Alto, Borba, Faxinal do Morro Alto, Ramallete, Despraiado e Prainha. Essa extensão é ocupada por famílias negras entrelaçadas por laços de parentesco e compadrio, crenças religiosas, tradições culturais e projetos políticos em comum: reivindicam a legalização de sua ocupação na condição de "remanescentes de quilombos". A permanência dos antigos escravos se deu, a exemplo de Manoel Inácio, por meio da aquisição de terras, mas também pela posse consensual ou por doações senhoriais.³⁵ Questões como o acesso à terra e a construção de elos comunitários e familiares foram objetivos almejados pelos ancestrais desses sujeitos. Eram aspectos conjugados, de forma contrastiva, com o trabalho no eito e com qualificativos de 'cor' eivados de significados pejorativos e uniformizantes – 'negro' –, constituindo uma possibilidade de formular visões de liberdade que seriam definidoras daquilo que se esperava depois de alforriados ou de extinta a escravidão.³⁶

Em viés similar ao de Hebe Mattos, Maria Helena Machado observou o entrelaçamento da cultura caipira com padrões de vida dos roceiros negros.³⁷ A autora discutiu continuidades e rupturas com modos de trabalho construídos no cativeiro, percebendo um conceito de liberdade preenchido com conteúdos possíveis de identificação retroativa: direito de escolha de a quem vender sua força de trabalho; direito de dispor do próprio tempo; o modo de vida "aparentemente" livre do roceiro independente; direito de estabelecer um ritmo de trabalho próprio; direito ao tempo livre; rejeição ao trabalho vigiado; economia independente. Ela também percebeu as expectativas de liberdade como um contraponto ao cativeiro. Diante de tais apreciações, é notável que um aspecto fundamental das concepções dos ex-escravos fosse a rejeição do trabalho para outrem. Esse

34 O recibo e as guias estão em poder dos entrevistados e foram compulsados de forma complementar aos depoimentos. Para um estudo sobre a manutenção desses documentos como veículo de exercício de cidadania, ver WEIMER, Rodrigo de Azevedo. "Sr. Sidão Manoel Inácio e a conquista da cidadania: o campesinato negro do Morro Alto e a República que foi." *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, jan./jun. 2015. Disponível em: http://anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1545.

35 BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Comunidade negra de Morro Alto. Historicidade, identidade e direitos constitucionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 135-154.

36 MATTOS. *Das cores do silêncio*, p. 131-156.

37 MACHADO. *O plano e o pânico*.

aspecto foi assinalado em obras referentes ao Brasil e outros lugares do mundo atlântico no pós-abolição.³⁸

Da mesma forma que o trabalho para terceiros remetia à autoridade senhorial, essa referência também podia ocorrer no trabalho industrial. O patrão podia ser associado, simbolicamente, a um senhor; os supervisores, a feitores; a lide fabril, ao trabalho no eito.³⁹ Mesmo se não fosse sempre uma possibilidade palpável, os exemplos investigados sugerem que parte dos negros aspirava ao trabalho para si, e não à autoconstituição como operários. Essa perspectiva foi aprofundada no pós-abolição, à medida que se destacou como noção de liberdade. Ela foi apontada por alguns autores como um "projeto camponês", no que diz respeito ao mundo rural.⁴⁰

Mesmo quando não possuíssem roças no interior das fazendas escravistas, elas eram almejadas como ideal de liberdade. Assim, devemos evitar teleologias ao discutir a participação de ex-escravos na constituição do proletariado. Sua participação junto à classe trabalhadora encontrava limites em suas expectativas de liberdade. Nas maiores cidades (no caso gaúcho, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande),⁴¹ onde já existia um segmento negro "nativo", as perspectivas para a vida livre deveriam incluir o desejo de gerir pequenos negócios ou de trabalhar por conta, práticas laborais que encontravam respaldo na experiência pregressa como escravos de ganho.

João José Reis identificou uma "economia moral do trabalho" dos cativos de ganho distinta daquela dos senhores.⁴² O ganho ensejava uma jornada de trabalho "descontínua, retalhada, não só pelos intervalos entre um serviço e outro". Tal dinâmica possibilitava margens de autonomia contrastivas à submissão senhorial – e que não podiam ser disciplinadas pelo trabalho industrial de forma simples. Isso explica as tentativas de controle da mão de obra livre, assim como a estigmatização como insubmissa e ociosa quando a ele reticente.⁴³ Creio que não pretenderam desvencilhar-se das possibilidades de trabalho autônomo associadas à liberdade, mesmo quando assalariados. Conforme veremos, diante disso, o trabalho portuário ofereceu uma possibilidade laboral interessante.

38 MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991. HOLT, Thomas C. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1992. HOLT, Thomas C. A essência do contrato – A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

39 Foi a constatação realizada por Souza, por exemplo, no que toca aos trabalhadores negros nas estradas de ferro baianas, quando o grande lema ainda era "tudo pelo trabalho livre". SOUZA. *Tudo pelo trabalho livre*.

40 RIOS, Ana L. "Filhos e netos da última geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro." In: RIOS e MATTOS. *Memórias*; RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe Maria. "Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição." In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

41 Ainda assim, nas primeiras décadas do século XX, as fronteiras entre o "rural" e o "urbano" eram tênues. Nos "arrabaldes" da cidade, havia ambientes claramente rurais que poderiam ensinar a expectativa de atingir o acalentado sonho do "projeto camponês".

42 REIS. "A greve negra", p. 11.

43 FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC e Salvador: EDUFBA, 1996. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 107. Para o exemplo do Rio Grande do Sul, ver WEIMER, Rodrigo de Azevedo. "Cidadanias e liberdades no Sul do Brasil nas décadas finais do século XIX." In: MÜLLER, Cíntia B. e CHAGAS, Miriam de F. *Dinâmicas de cidadania*. Abordagens etnográficas sobre a diversidade.

Como apontou um observador contemporâneo ao cativeiro, "são extremamente independentes, eles antes perderiam a chance de ganhar um salário do que carregar mais do que eles considerem conveniente".⁴⁴ Conclui Reis que não se tratava "do ritmo mecânico de consumo capitalista da força de trabalho".⁴⁵ Estou certo de que os processos de disciplinamento do trabalho no pós-abolição não implicaram em uma adesão imediata ao proletariado industrial. Pelo contrário, havia permanências em sua "economia moral do trabalho".

Thomas Holt discutiu as contradições entre as expectativas laborais de egressos da escravidão e as tentativas de construí-los como cidadãos e mão de obra disciplinada. Havia uma expectativa de que os ex-escravos, em meados e segunda metade do século XIX, permanecessem nas *plantations*, e para coagi-los a tal "o preço mínimo da terra, portanto, deve ser alto o bastante para fazer com que porção considerável da população seja incapaz de comprá-la".⁴⁶ Ocorre que os libertos desejavam partir para o alto das montanhas onde, a exemplo do Brasil, poderiam praticar uma economia de autossustento. Atacou-se, assim, "a ética do trabalho dos libertos, sua vida familiar e sua sexualidade, até mesmo sua própria humanidade",⁴⁷ procurando reduzi-los a estereótipos de preguiça e degeneração moral.⁴⁸ O autor aponta como contradição do liberalismo a convivência entre retóricas universalistas de cidadania e a dominação e desqualificação de setores populacionais inteiros – no caso jamaicano, conforme critérios raciais. Eram, portanto, bastante nítidas as limitações da democracia naquela sociedade liberal em construção.⁴⁹

Processo similar ocorreu no sul dos Estados Unidos após a Guerra de Secessão. A posse da terra foi "o ponto central do conflito no início da Reconstrução", pois a expectativa dos libertos a acessarem defrontava-se com as pretensões dos antigos senhores de reiterar as plantações de arroz; aqueles, porém, "não tinham a intenção de entregar suas colheitas [e terras]". Implícitos estavam o grau de autonomia atingido pelos libertos e sua capacidade de sustentar-se por si sem depender da prestação de trabalho para os fazendeiros brancos, em processo similar ao jamaicano.⁵⁰

Na Cuba pós-abolição, década de 1890, para os libertos, permanecer como assalariados ou arrendatários nas *plantations* representava continuar como trabalhadores agrícolas com o mesmo tipo de labuta experimentada na condição servil.⁵¹ A verdadeira autonomia que se aspirava estava na pequena propriedade, e exatamente por isso contavam com a oposição de proprietários de plantações ressentidos por sua autossuficiência e que cobiçavam sua mão de obra.⁵² Afinal, segundo Iacy Mata, ainda no período escravista, o "relativo controle sobre o próprio corpo, o tempo e o ritmo de trabalho, a mobilidade e a autonomia distinguiam os livres de cor dos escravos", sendo que a posse da terra não era excepcional entre aqueles.⁵³ Ocorre que, via de regra, as margens de autonomia atingidas pelos negros livres nas Américas foram desqualificadas e reprimidas.

44 WETHERELL, apud REIS. "A greve negra", p. 11-12. Grifos originais.

45 REIS. "A greve negra", p. 12.

46 HOLT. "A essência", p. 115.

47 HOLT. "A essência", p. 122.

48 HOLT. "A essência", p. 123.

49 HOLT. "A essência", p. 105-107.

50 FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988, p. 135-137.

51 SCOTT. *Emancipação*, p. 234.

52 SCOTT. *Emancipação*, p. 247.

53 MATA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor*. Escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Campinas: Editora Unicamp, 2015, p. 41 e 50.

Os queixumes senhoriais sobre a indisciplina, ociosidade e ingratidão também foram recorrentes no Brasil das décadas de 1880 e 1890, conforme visto. Essa estigmatização eventualmente encontrou, anos mais tarde, reverberações na teoria sociológica de meados do século XX, provavelmente em virtude de leituras acríicas das fontes senhoriais.⁵⁴ As éticas do trabalho próprias dos ex-escravos encontravam-se ausentes nas interpretações da Escola Sociológica Paulista, que os percebia como "anômicos" e "pouco integrados socialmente". Florestan Fernandes⁵⁵ não levou em conta suas perspectivas laborais. Em sua visão, a miserabilidade e o desajustamento constituiriam, praticamente, fatalidades irreversíveis por meio do esforço subjetivo:

As condições de anomia social não só preservaram o nível de pobreza inicial da população negra paulistana. Agravaram-na, continuamente, de várias maneiras, convertendo o pauperismo numa constante do ponto de vista do "negro" na cidade e a pauperização no processo de seu ajustamento normal ao mundo urbano. Daí a cadeia de ferro, que prendeu negros e mulatos no círculo vicioso gerado pela miséria, e *aprisiona o homem a níveis de existência que se aviltam e se degradam progressivamente, qualquer que seja a disposição ou o esforço empenhados, voluntariamente, em sentido contrário.*⁵⁶

Ocorre que Fernandes avaliou as habilidades sociais dos negros a partir de uma "normalidade" equivalente à cultura laboral e à estruturação familiar do europeu.⁵⁷ A fixação no trabalho fabril impediu a percepção das pretensões à autonomia sem padrões que pudessem evocar, ainda que sutilmente, os fantasmas da submissão a chibatadas e relhos. Não encontraram, assim, libertos que correspondessem à sua expectativa de ética de trabalho.⁵⁸ Diante dessa recusa que, contudo, era ao trabalho disciplinado para outrem – e não ao trabalho em si –, com analogias à recente submissão à casa-grande, Fernandes considerou-os "marginais" ou "miseráveis".⁵⁹

Alguns ecos de uma ética do trabalho pautada para a produção para si pode ser encontrada na fala do Sr. José Boaventura da Rosa. Nascido em 1949, neto ou bisneto de escravos – sua genealogia é de difícil conhecimento, já que seu pai foi "dado em criação" e separado da família, muito embora o entrevistado tenha convicção de descender de cativos –, foi um dos raros entrevistados a considerar a vida no campo mais feliz e compensadora do que aquela posterior à migração para o meio urbano. Nisso deve pesar uma idealização do cenário de sua infância, no meio rural de Três Forquilhas, mas também a persistência de uma ética do trabalho para si.

54 WEIMER, Rodrigo de Azevedo. "Do Presidente (da Província) ao Sociólogo. Interpretações em consonância sobre a emancipação dos escravos no Rio Grande do Sul". In: IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL – A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil, 2009, Curitiba/PR. Anais... Curitiba, UFPR, 2009, p. 1-11 (Anais eletrônicos).

55 FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora; Editora da USP, 1965.

56 FERNANDES. *A integração*, p. 72. Grifos meus.

57 A desestruturação social atribuída por Fernandes aos negros depois do fim do escravismo vem sendo posta em xeque por diversos autores. Ver, por exemplo, MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais – negros em Campinas (1888-1926)*. Campinas: Unicamp, 1997, WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC, 1998, ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*. Bauru: Edusc, 1998 e RIOS E MATTOS. *Memórias do cativo*.

58 Deve-se destacar que Fernandes selecionou como universo de pesquisa os negros que já estavam "imersos" no meio urbano – e disso se aproximam alguns novos estudos a respeito da transição escravo/operário. A presença na cidade não inicia "do zero" suas experiências de trabalho, havendo uma cultura laboral prévia a considerar.

59 FERNANDES. *A integração*.

Após dissertar desfavoravelmente às migrações, descrevendo as condições precárias daqueles oriundos do interior que se instalaram em "vilas de malocas",⁶⁰ perguntei a José se seria ruim mesmo no caso daqueles que se instalaram em outros lugares. Ele disse que ainda assim não valia a pena, pois na cidade "tinha muito trabalho" e, além do mais, "se pensar bem a fundo, se, se ele trabalha pra ele lá fora e aquilo [terreno] é dele, não é negócio nenhum vir pra cidade." Mais adiante, chegou a comparar a situação de quem não trabalha para si com a escravidão.

Entrevistador: Uh-hum. Agora uma coisa que o senhor falou que me chamou a atenção. Que quem tá ali no meio do mato vai ser escravo de quem tá na beira da estrada.

José: Exatamente.

Entrevistador: Que que significa ser escravo?

José: Porque, porque não estudou.

Entrevistador: Uh-hum.

José: Ser escravo não quer dizer que é só preto. Começa desde criança a ser um escravo.

Entrevistador: Ser escravo é...

José: É trabalhar pros outros.

Entrevistador: Trabalhar pros outros.

José: Hoje, hoje [é] trabalhar pros outros.⁶¹

Na epígrafe deste texto, encontramos a mesma postura diante do trabalho na fala de "Sílvio Angélico Joaquina", cuja rejeição às lides rurais – evidencia sua entrevista – se devia ao trabalho como "empregado". Para ele, trabalhar para os outros "é errado". A vinda para a cidade é apresentada, em sua recordação, como uma evidente opção por autonomia. "Aí isso aqui eu achei melhor ser independente, trabalhar por conta". Na hipotética possibilidade de retornar para produzir para autoconsumo, "até eu ia trabalhar lá para produzir pra mim, né." ⁶² O trabalho para outrem, porém, era considerado "sofrimento", devido a enormes sacrifícios para produzir excedentes para fazendeiros. Se tais falas podem ser recuperadas na segunda década do século XXI, que dirá em períodos mais distantes.

As temporalidades da migração e da proletarização

"Sílvio" (72 anos em 2013) e "Arlindo Romero de Souza" (82 anos em janeiro de 2009), ambos primos de Manoel Inácio, vieram de Morro Alto para a cidade em fins da década de 1950.⁶³ Integraram-se, então, ao mercado de trabalho urbano. São apenas dois exemplos de bisnetos de escravos oriundos daquela comunidade rural. Há um lapso geracional ao avaliar a importância da mão de obra negra, sobretudo de migrantes rurais, na formação da classe trabalhadora. Em estudos a respeito no Rio de Janeiro, Carlos Eduardo da Costa observou que as migrações não se realizaram no imediato pós-abolição mas uma geração mais tarde; além disso, o destino desse contingente não foi o Distrito Federal com suas fábricas, mas lugares

60 Moradias populares, geralmente em condições precárias e de títulos legais frágeis, frequentemente situadas em áreas periféricas. Assemelham-se, em Porto Alegre, àquilo que no Rio de Janeiro costuma se chamar de "favelas".

61 Entrevista com o Sr. José Boaventura da Rosa em 19 de novembro de 2015 em Porto Alegre. Grifos meus.

62 Entrevista com o Sr. "Sílvio Angélico Joaquina" em 14 de abril de 2015 em Porto Alegre. Nome fictício.

63 Respectivamente, 1959 e 1957 ou 1958.

então distantes como Nova Iguaçu. Uma vez na Baixada Fluminense, dedicaram-se à produção de laranjas, em lugar de constituir o operariado industrial.⁶⁴

"Sílvia" chegou em 1959 para cumprir serviço militar. Gostou de Porto Alegre e ficou na capital gaúcha. Havia mais "serviço", ao passo que o trabalho rural na condição de empregado era considerado "não evoluir".⁶⁵ "Arlindo" também prestou serviço militar na capital, retornou para junto de seus familiares, mas migrou definitivamente porque em Morro Alto não havia direitos sociais ou possibilidade de aposentadoria. Não havia perspectivas, o que provavelmente percebeu comparando sua vida lá fora com sua estada na cidade grande.⁶⁶ Essas idas e vindas também teriam acontecido na segunda metade da década de 1950. Nosso personagem principal, Manoel, também veio alistar-se em 1959, vendo os direitos trabalhistas como fruto positivo do processo migratório:

Manoel – Pra onde que eu fui bater lá [Porto Alegre]. Que aqui [Osório] não tinha carteira assinada. Não tinha direito de nada [...]. Aqui eu tenho os meus direitos porque paguei, comprei [...], então eu tenho os meus direitos, mas quem naquela época não tinha [...].⁶⁷

A aquisição de direitos trabalhistas no meio urbano é central nas falas de "Arlindo" e Manoel. O meio rural é visto como um espaço de ausência de direitos e a obtenção deles é admitida como motivação para a migração.⁶⁸ "Arlindo" reproduziu, até mesmo no momento da entrevista, um diálogo mental com sua mãe, justificando a partida.

"Arlindo" – Nasci e me criei lá no Morro Alto, depois é que eu peguei e vim-me embora pra cá, porque naquela época a gente trabalhava lá no Morro Alto, caído lá por cima das pedras, tudo vai plantar um pezinho de planta, não tinha nada, não tinha direito nenhum, né, naquela época. Agora tem mesmo direito de quem tem aqui, então, vou-me embora, que eu vou trabalhar com meus direitos, porque um dia eu posso me aposentar. Aí agarrei e fui embora. Mas menti pra minha mãe que eu não vinha a Porto Alegre, que eu ia pras granjas, que eu sempre ia pras granjas⁶⁹ e ela conformava com isso, [...] Então menti pra ela e foi ela disse "tu não vai pras granjas, né, tu tá mentindo pra mim, tu vai-te embora pra Porto Alegre", e aí foi que eu disse pra ela: "Mamãe, eu não sei mentir. Eu não vou lhe mentir, eu vou-me embora pra Porto Alegre por causa do que? Vou trabalhar lá com os meus direitos lá, que um dia eu me aposento e posso ter um direitinho de me aposentar e ter mais um modo de viver, porque aqui não adianta, a gente trabalha, ia morrer

64 COSTA, Carlos Eduardo C. "Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)." (Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008). COSTA, Carlos Eduardo C. "Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)." *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

65 Entrevista com o Sr. "Sílvia Angélico Joaquina" em 14 de abril de 2015 em Porto Alegre.

66 Entrevistas com o Sr. "Arlindo Romero de Souza" em 12 de janeiro e 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.

67 Entrevista com o Sr. Manoel Inácio Marques Neto em 9 de janeiro de 2009 em Osório.

68 A historiografia tem criticado a ideia de que os direitos trabalhistas, ou a demanda por eles, fosse totalmente ausente e inócua no meio rural. DEZEMONE, Marcus Ajurua de Oliveira. "A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa." In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. 1ª edição. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, v. 2, p. 73-98. RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. "Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra." In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, v. 2, p. 53-72. Contudo, quando os próprios entrevistados trazem uma narrativa de ausências, é importante ouvi-los.

69 Unidade produtiva de arroz.

e não tem direito a nada. Então vou-me embora" e vim-me embora pra cá, em 57 vim pra cá. Em 57, 58.⁷⁰

A decisão por migrar para a cidade é justificada pela busca por melhores condições de vida e pela compensação do trabalho duro por meio do acesso a leis trabalhistas e previdenciárias. Dessa maneira, a urbe foi revestida de positividade que neutralizou a rejeição de pais e avós ao trabalho não autônomo. Aquela aversão se dissipara em virtude de que, naquele momento, ele tinha compensação e retribuição por meio da legislação.⁷¹ A relação da classe trabalhadora, sua cultura e consciência com o aparato estatal não está em discussão neste artigo. Contudo, essas questões estão intimamente ligadas a uma mudança de ética de trabalho que estamos abordando e à formação da classe trabalhadora a partir do referencial de leis trabalhistas.

Assim, destaca-se a importância daquilo que Maria Celia Paoli abordou como "consciência legal" dos trabalhadores, segundo a qual "a formação da classe operária brasileira não pode ser entendida sem considerar-se a intervenção legal do Estado nas relações de trabalho cotidianas", aspecto retomado por French.⁷² O brasilianista abordou as formas pelas quais a classe trabalhadora apropriou-se da lei, manejando-a como arma contra os empregadores; o fez, porém, sentenciando-a como "fraude", "piada" e "tapação": "meu argumento é que a legislação trabalhista nunca foi realmente concebida para ser real e, por isso, seus elaboradores podiam ser tão generosos. Nunca se pretendeu que funcionasse, era apenas uma jogada cínica. No entanto, havia uma classe trabalhadora que estava apta a se apropriar dessa legislação social".⁷³ Esse argumento foi debatido por Ângela de Castro Gomes que percebe o jurídico como uma arena de luta por direitos, para além de eventuais dicotomias entre uma classe passiva ante o manejo de lideranças manipuladoras.⁷⁴

Na revalorização do trabalho a partir das leis trabalhistas e da urbanização, as lides rurais deixaram de ser vistas como "serviço", "trabalho" ou "profissão". Implícito estava que o "trabalho" deveria gozar de compensação em termos de direitos sociais, bem como a aquisição de uma profissão, o que só poderia ocorrer na cidade.⁷⁵

"Sílvia": Isso. É. Depois eu vim pra Porto Alegre quando eu vim servir, aí não quis voltar. Não quis voltar. Porque lá o trabalho era, era escasso. Pra trabalho. Era só na lavoura, era capina, era corte de, de... de lenha, pra cortar eucalipto, tudo. Um monte de coisa. Então aí eu achei melhor ficar em Porto Alegre porque tinha, podia pegar uma profissão.⁷⁶

70 Entrevista com o Sr. "Arlindo Romero de Souza" no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre. Grifos meus.

71 MATTOS, Hebe Maria. "Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo Sudeste cafeeiro." In: RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe M. *Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 126-130.

72 PAOLI apud FRENCH, John. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 10.

73 FRENCH, John e JAMES, Daniel. "Pensar a América Latina. Entrevista a Alexandre Fortes, Antonio Negro e Paulo Fontes." In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Helio; FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 188.

74 GOMES, Ângela de Castro. "Reflexões em torno de populismo e trabalhismo." *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 55-68, dez. 2002. GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. "Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação". In: _____. *A justiça do trabalho e sua história*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

75 A positividade conferida à cidade pode ser percebida nos trechos de entrevistas das peripécias juvenis de Manoel Inácio Marques Neto citados na introdução.

76 Entrevista com o Sr. "Sílvia Angélico Joaquina" em 14 de abril de 2015 em Porto Alegre.

"Sílvio" e "Arlindo" trabalharam em fábricas. O primeiro conseguiu emprego em uma firma de massas, por recomendação de conhecidos das praias de veraneio. "Arlindo" tornou-se metalúrgico. Ao contrário dos demais, Manoel não se empregou como operário: foi guarda, motorista e portuário. Talvez não tivesse as referências de "Sílvio", ou a "cor" de "Arlindo". Efetivamente, este último era bastante claro,⁷⁷ de forma que não era reconhecido como negro em Porto Alegre. Sua pertença ao campesinato negro era de natureza genética/familiar, não fenotípica. Ao ser entrevistado, reivindicou sua pertença a um grupo familiar "moreno", e não se tinha como "garantido por branco". Na localidade de origem, isso representou uma vedação à participação em espaços de festejos restritivos aos não brancos, e isso se dava por critérios distintos da mera aparência. Isso possibilitou, por outro lado, uma maior facilidade de absorção pelo mercado de trabalho em Porto Alegre, inclusive o acesso ao trabalho na metalúrgica: na capital, ele não era visto como "moreno".⁷⁸

José Boaventura da Rosa, por sua vez, veio de Três Forquilhas ainda criança, acompanhando seu pai, no ano de 1957.⁷⁹ "Gurizote", morava em Cachoeirinha e vendia café e revistas no centro de Porto Alegre. Ele fala com certo orgulho de suas atividades laborais – "era guerreiro" –, o que evidencia, por si só, a positividade do trabalho:

José - Então tinha *Fatos e Fotos*, *Manchete*, *Capricho*, *Contigo*. Tinha todas essas revistas aí, né. E eu vendia *Última Hora* e *a Folha da Tarde*. [...]. Eu vinha sozinho. Eu pedia pro meu pai fazer uma caixa assim, então tinha uma sacola que era sacola de pano, tinha duas varas de madeira assim, a sacola ia ali e eu trazia ela cheia de café. Que a minha mãe fazia de manhã. E eu levava o café para a Rádio Itaí que era ali na, no Edifício Chaves, esquina da ladeira também com a rua da Praia, então lá eu deixava duas garrafas de café, de manhã cedo quando chegava. E tinha a Rádio Continental. Lá também. E eu deixava duas garrafas de café. E a CEEE, que era na Leonardo Truda, ali no edifício Formac, né, e eu deixava duas garrafas de café. [...] Então tinha oito garrafas. Aí quando dava nove e meia, eu vinha cá no bar Itaí, na rua da, na Voluntários, tinha o bar Itaí. E enchia todas as minhas garrafas pela metade do preço.⁸⁰

Seu pai, Balduino, trabalhara na construção de estradas antes de tentar a sorte na cidade grande. Veio inspirado pelo irmão mais velho de José, que conhecera a capital ao prestar serviço militar e convencera a família de que aquele era um lugar mais promissor: "Meu irmão já tinha vindo, que ele serviu o Exército e achou que aquela vida lá fora não... aqui nós podíamos produzir"⁸¹ mais do que tivesse lá fora no sítio."⁸² O serviço militar era um desencadeador para processos migratórios, já que, muitas vezes pela primeira vez, se travava contato com direitos sociais indisponíveis no campo.

77 Filho, neto e bisneto de mulheres negras abandonadas por homens brancos que gostavam de "usar e não cumprir", "Arlindo" passou por um processo de "branqueamento indesejado", já que colado à vivência de abandono. Diversos primos o percebem como branco.

78 Em trabalho anterior, por meio deste mesmo exemplo, procurei relativizar a polarização entre preconceito de marca e preconceito de origem, ideia consolidada nas ciências sociais brasileiras a partir de Oracy Nogueira. Ao menos no que toca a este exemplo, a origem também estava contando. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*. Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 230-232.

79 Entrevista com o Sr. José Boaventura da Rosa em 29 de junho de 2010 em Porto Alegre.

80 Entrevista com o Sr. José Boaventura da Rosa em 29 de junho de 2010 em Porto Alegre.

81 Produção, aqui, tem o sentido de "ganha-pão" e "trabalho para si", e não necessariamente de um produtivismo industrial.

82 Entrevista com o Sr. José Boaventura da Rosa em 29 de junho de 2010 em Porto Alegre.

Os exemplos nuançam o trânsito do trabalho escravo para o assalariamento. A maior parte das migrações campo-cidade se deu apenas em meados do século XX, como corroboram os exemplos qualitativos, a bibliografia e alguns dados estatísticos apresentados no início deste artigo.⁸³ A passagem do trabalho escravo para o assalariado está intermediada por uma ou duas gerações.⁸⁴ As leis trabalhistas positivaram o trabalho para terceiros, porque o assalariamento era, até então, considerado sub-remunerado e isento de compensações satisfatórias. Isso mudou quando passou a existir a possibilidade de aposentar-se. Esses exemplos indicam a necessidade de maior atenção à variável geracional na avaliação da participação dos negros na formação da classe trabalhadora.

Da demanda de mão de obra no mercado de trabalho: os efeitos restritivos do racismo

O trabalho braçal foi constante na vida daqueles homens, mesmo quando não se tratasse das lides industriais. Os exemplos apresentados são expressivos. Quando não se contava com experiência prévia ou indicações, havia o risco de ser relegado em prol de homens mais claros. Balduíno não teve acesso a empregos industriais: operou máquinas de asfalto, trabalho braçal de menor remuneração. Não se pode pensar a transição entre trabalho escravo e livre sem identificar o caráter discriminatório do mercado de trabalho.⁸⁵ O racismo criou obstáculos ao acesso dos negros aos empregos industriais ao longo do século XX,⁸⁶ aspecto frisado por Loner, no que toca à Primeira República: ela notou o enquadramento de seu trabalho dos negros em medidas de disciplinamento. "Nesse processo, muitos dos trabalhadores nacionais foram excluídos e marginalizados, mas também se organizaram para resistir à exclusão".⁸⁷ Identificando alto número de negros nas nominatas de entidades classistas, assinalou:

Numa sociedade preconceituosa como aquela, só é possível compreender esse dado, se considerar-se que eles formavam uma parcela considerável do operariado nas fábricas assinaladas, pois, caso contrário, não poderia entender-se a significativa quantidade de negros entre suas lideranças.⁸⁸

83 PATARRA, Neide L. "Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30". In: FAUSTO, Boris (Org.) *História geral da civilização brasileira: economia e cultura (1930-1964)*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo III, v. 11, p. 305-333.

84 Infelizmente, não conto com relatos que permitam extrapolar conclusões a respeito deste íterim para períodos intermediários em um âmbito maior do que aquele do núcleo selecionado. No que toca ao grupo familiar de Manoel, a geração de seus pais viveu em uma economia de camponato, ao passo que a sua dispersou-se, quer pelos atrativos da cidade, quer pelo esgotamento das possibilidades de divisão dos terrenos, quer por processos de expropriação por parte de classes terratenentes (WEIMER. *Felisberta*, p. 137-180). Existiram, contudo, entre seus familiares, arrendatários, assalariados agrícolas, agregados e peões (WEIMER. *Felisberta*, p. 116-118), segmentos sociais cuja ética do trabalho está por ser descoberta e explorada, coisa a que este estudo não teve condições de proceder.

85 O impacto do racismo no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, ainda que inegável, está por ser melhor estudado em uma perspectiva histórica.

86 Essa situação deve ter sido acentuada na Primeira República. Em 1930 foi assinado por Vargas o Decreto n.º 19.482, que estabelecia que dois terços da mão de obra deveria ser contratada entre brasileiros natos. O impacto desse decreto, todavia, foi reduzido no Rio Grande do Sul, onde a imensa maioria de descendentes de italianos ou alemães já havia nascido no Brasil.

87 LONER. *Construção de classe*, p. 68.

88 LONER. *Construção de classe*, p. 83.

Benito Schmidt estudou o caso de Francisco Xavier da Costa, líder operário na Primeira República, em Porto Alegre.⁸⁹ Nascido em 1870, nunca foi um líder abolicionista, mas era negro – na atual acepção do termo englobante de pretos e pardos. O autor pontuou a discriminação racial e social sofridas, que estaria na gênese de sua insatisfação com a ordem vigente. Reconhecida essa situação, o autor centrou seu foco na sua constituição como liderança, seu fazer-se, destacando sua trajetória política. Em trabalho posterior, Schmidt melhor discutiu o caráter "mestiço" de Xavier da Costa, destacando que, ainda que ele jamais tenha se apresentado como tal, sua condição racial proporcionou-lhe desempenhar o papel de "homem-ponte" em um proletariado multiétnico.⁹⁰

Em Pelotas, como visto, havia muitos militantes negros, pela acentuada participação no operariado, em função das charqueadas e da menor disponibilidade de força de trabalho eurodescendente. Loner traçou a trajetória de um ex-escravo na sociedade pelotense de fins do oitocentos e inícios da República. Segundo a autora, os caminhos do líder operário Antônio (ora Oliveira, ora Baobad), evidencia "a máxima exploração das oportunidades surgidas com a libertação dos trabalhadores negros em 1888, ao mesmo tempo que revela algumas das limitações que enfrentaram em sua tentativa de integração à sociedade capitalista em formação no Brasil".⁹¹ A dialética entre limitações e possibilidades é uma constante nos trabalhos da autora, abordagem adequada para o problema.⁹²

Reid Andrews, assim como Loner, privilegia a interação entre protagonismos e limitações estruturais. De certa forma, ele dá continuidade ao enfoque de Florestan Fernandes, ao observar a exclusão dos negros no mercado de trabalho. Ele realiza, porém, importante deslocamento. Em sua leitura, não eram preteridos em virtude de qualquer "incapacidade" implícita a uma "herança do cativo", mas pelo racismo dos brancos. Assinala que, no que tange às primeiras décadas do século,

Mas os empregos nas fábricas, oficinas e lojas da cidade não eram para afro-brasileiros. Isto não era resultado de uma legislação discriminatória ou de decretos que vinham de cima, mas de milhares – milhões, com o passar dos anos – de decisões tomadas pelos patrões relativas a quem iriam ou não contratar.⁹³

Os novos estudos indicam um mercado de trabalho mais poroso, ao constatar a possível participação de negros. Isso é perceptível sobretudo onde havia elevada população de ex-cativos, como na Pelotas estudada por Beatriz Loner. Contudo, o

89 SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa*. A história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

90 SCHMIDT, Benito Bisso. "Un Métis dans la Babel ouvrière. Classe et ethnie à Porto Alegre à l'aube du XXe siècle". In: CAPANEMA, Sílvia P. de Almeida; FLECHET, Anaïs (Org.). *De la démocratie raciale au multiculturalisme: Brésil, Amériques, Europe*. Bruxelas, 2009, v. 1, p. 75-94.

91 LONER. "Antônio", p. 109.

92 Com efeito, limitar-se à constatação de obstáculos ao exercício da cidadania não dá conta de uma situação em que os próprios sujeitos sociais buscavam ultrapassá-los por meio de diversificados expedientes. Como tenho argumentado, o próprio processo migratório era um veículo de busca de direitos cidadãos. Nesse sentido, para os pobres do campo, a cidade representava um lugar onde poderiam atingir direitos, em lugar da sua "pobreza", como quer Brodwyn Fischer. FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights. Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2008. No mesmo sentido, não é adequado falar em "evitação" e "recusa" de modelos universalizantes de cidadania, como apontam Flávio Gomes e Olívia Cunha no que toca aos egressos do cativo. CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. "Introdução – que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença." In: _____. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 14. Pelo contrário, os sujeitos sociais procuraram manipular os códigos legais em proveito de seus interesses, dialogando com os canais formais de "cidadania".

93 ANDREWS. *Negros e brancos*, p. 117.

racismo destacado é uma variável importante que torna complexa a transição da mão de obra escrava para a assalariada. Acredito serem necessários estudos que equacionem possibilidades e limitações de sua presença no mercado de trabalho, quando se pensa na formação de uma classe. Os camponeses negros padeciam com a discriminação, não apenas por serem negros, mas também, provavelmente, por sua origem rural.

O emprego doméstico era sina comum entre as migrantes rurais. Maria de Oliveira Caetano (nascida em 1926), prima de Manoel Inácio Marques Neto, passou dezoito anos em Porto Alegre. Nesse ínterim, foi cozinheira e doméstica. Conheceu, em um edifício onde era empregada, seu marido, que por sua vez era pedreiro.⁹⁴ Como empregadas, babás e cozinheiras não gozavam de direitos sociais. Na economia doméstica encontrava-se assegurada, para a terceira idade, apenas a aposentadoria do marido. Verificava-se a dominação econômica do homem sobre a mulher. Vale lembrar que os maridos podiam preferir a permanência de suas esposas como empregadas domésticas, em lugar de exercer outros trabalhos no espaço público.

Isso não significa que inexistisse busca por direitos sociais e empregos com carteira assinada por parte das mulheres, muitas vezes viúvas ou solteiras. Na região litorânea do Rio Grande do Sul, por exemplo, elas trabalhavam em hotéis como camareiras ou cozinheiras, em migrações sazonais para a praia.⁹⁵ Também podiam trabalhar no preparo de alimentos para restaurantes ou refeitórios. No entanto, eram atividades disputadas e podiam implicar, além do mais, no caso das paragens litorâneas, no afastamento temporário do ambiente familiar durante o período de veraneio.

Da oferta de mão de obra no mercado de trabalho: os portuários

Manuel Inácio Marques Neto trabalhou no porto, tanto no período em que morou em Osório⁹⁶ quanto depois de estabelecer-se em Porto Alegre. Haveria uma preferência por esse serviço ou falta de alternativas? No caso pelotense, por exemplo, a proporção de trabalhadores qualificados como pretos e pardos nos portos atingia, nos anos 1990, respectivamente, os impressionantes índices de 50% e 22%.⁹⁷ Mesmo que esses dados sejam do último quartel do século, dão evidência ao que Spolte denomina "uma categoria profissional racializada".⁹⁸ Não existem motivos para acreditar que mesmo meio século antes o quadro diferisse muito. Dentre os serviços urbanos, o trabalho portuário tinha peculiaridades que o tornavam particularmente atrativo para os negros.

Mesmo com supervisores com um papel similar ao dos feitores, o que era repulsivo para um segmento populacional habituado a um ideal de trabalho

94 Entrevista com a Sra. Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.

95 WEIMER. *Felisberta*, p. 171.

96 O litoral do Rio Grande do Sul é abrangido por um vasto sistema hidroviário navegável, composto por rios, lagoas e lagunas. O porto lacustre de Osório, sito à beira da lagoa do Marcelino, fazia, na primeira metade do século XX, a ligação entre os canais hidroviários e a estrada de ferro que ia até Palmares do Sul, de onde, novamente por meio das águas, as mercadorias da região eram escoadas para Porto Alegre pela Laguna dos Patos.

97 SPOLLE, Marcus Vinicius. "A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida." (Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010).

98 SPOLLE. "A mobilidade social", p. 101.

autônomo, essa desvantagem era compensada pelo sistema de trabalho ser organizado pelo pagamento por horas de trabalho ou por mercadorias transportadas,⁹⁹ o que implicava em um maior domínio na gestão do tempo e do esforço dedicados ao trabalho. Isso convergia com a ética camponesa do trabalho para si e do manejo do próprio desgaste. Ademais, o serviço portuário tinha prestígio social.¹⁰⁰ Fernando Teixeira da Silva identifica na categoria as maiores possibilidades de ganhos com horas extraordinárias em meados do século XX.¹⁰¹ Ser portuário não era pouca coisa, entre os trabalhadores, servindo como canal para ascensão social para migrantes descendentes de cativos.

Nesse sentido, como apontado anteriormente, não é mero acaso que os estudos que pretendem estabelecer os vínculos entre escravidão e trabalho livre dediquem-se à análise dessa profissão.¹⁰² Ela, de fato, parece ter representado um segmento onde o trabalho escravo e o trabalho operário podem ter conhecido uma "transição" mais afim com as expectativas laborais dos sujeitos sociais envolvidos. Parece ter sido um "nicho" social ocupado preferencialmente pelos negros, não apenas pelas possibilidades de autonomia ensejadas durante o período escravista, mas também em virtude de suas características serem receptivas às éticas de trabalho específicas ao pós-abolição.

Assim, é difícil estabelecer a predominância da demanda ou da oferta de mão de obra na conformação do mercado de trabalho: havia a preponderância de barreiras racistas ou, pelo contrário, a preferência da população negra por um trabalho que, a um só tempo, conservava índices de *status* social e que obedecia a critérios particulares de valoração das atividades laborais? O mais provável é que ambos os fatores tenham se alimentado: as restrições dos empregadores e preferências dos empregados não podem ser negligenciadas, porque devem ter levado a população negra a não ser empregada (e não se empregar) em maior escala no operariado industrial.¹⁰³

Esse enfoque parece adequado, já que indica o papel desempenhado pelo racismo, mas também aponta o poder criador dos atores sociais e sua possibilidade de encontrar alternativas. São elementos que não se pode perder de vista: os obstáculos para a ascensão social encontrados, mas também sua capacidade de enfrentá-los e fazer suas opções. Em suma, sua capacidade de ação.

Conclusão

A historiografia que tem investigado as inter-relações entre lutas antiescravistas e o movimento operário na Primeira República tem obtido profícuos resultados, pelo levantamento sólido das continuidades entre essas lutas. Uma das principais formas como isso tem sido feito é por meio da análise de biografias exemplares. Este estudo, contudo, procurou demonstrar que esses

99 SILVA, Fernando Teixeira. *A carga e a culpa*. São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

100 SPOLLE. "A mobilidade social".

101 SILVA. *A carga e a culpa*, p. 48-49.

102 MATTOS. *Escravidados e livres*. CRUZ. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro".

103 Aqui, devo concordar com a postura "evitativa" proposta por Flávio Gomes e Olívia Cunha, no sentido de se apresentar como uma recusa a uma inserção social a partir de vieses considerados insatisfatórios. CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Porém, ainda sustento que não se trata de uma rejeição a uma cidadania abstrata em si, mas, nesse caso, das limitações do mercado de trabalho em oferecer condições de trabalho correspondentes às suas expectativas.

avanços são insuficientes para avaliar devidamente a participação da população negra na formação do proletariado nacional, se se restringem à demonstração da sequência dessas lutas, sendo também necessário partir de casos específicos não contemplados pela perspectiva existente. Foram assinalados exemplos de alguns homens e mulheres de trajetórias absolutamente banais, nada tendo de excepcionais em termos de itinerários de militância política. Iremos, em seguida, retomar os principais argumentos, ao que levou o acompanhamento de suas histórias.

Não basta vincular as lutas operárias às antiescravistas; cabe também avaliar a presença da população negra, em diferentes momentos, no corpo do operariado, considerar os efeitos do racismo na seleção da força de trabalho e as motivações de ex-escravos e descendentes. Não é compreensível que a historiografia do trabalho não leve em conta a situação dos que se encontravam distantes dos centros industriais – negros ou não. Como o pai de nosso protagonista, inúmeros negros dedicaram suas vidas ao cultivo de parcelas com o auxílio da família. Até a Era Vargas, boa parte não era, não podia e não queria ser assalariada. A sociedade rio-grandense da aurora da República até meados do século XX era eminentemente agrária. As expectativas em relação à vida em liberdade dos escravos, quer rurais, quer urbanos, assim, não se subsumiam na sua transformação em assalariados. O trabalho para outrem era rejeitado, em virtude de sua implícita associação simbólica às relações de trabalho escravistas.

O 'projeto camponês' implicava na pretensão ao trabalho para si mesmo e na rejeição à submissão a terceiros – identificada, no passado, com o regime escravista, mas associada, mais tarde, ao trabalho industrial. Essas aspirações foram construídas por décadas de cativeiro, e isso constitui uma especificidade dos agricultores negros. Foi nesse caldo cultural que muitos futuros trabalhadores urbanos cresceram. Com base nesses valores foram educados. A duração dos processos sociais não é indefinida e eles sempre estão inscritos em sua historicidade, mas existe alguma latência. Culturas laborais longamente construídas não são facilmente descartadas, e podem atravessar gerações. No meio urbano, essa ética do trabalho foi consubstanciada, décadas mais tarde, no trabalho portuário.

Os exemplos discutidos indicam que o momento de mudança das éticas de trabalho, ali, foi a década de 1950. Ocorreram ondas migratórias que levaram boa parcela da população do campo à cidade. O fenômeno também incidiu sobre o campesinato negro. Por processos macroestruturais de transformação na sociedade brasileira¹⁰⁴ e por aspectos locais – desde histórias de expropriação à degradação da qualidade do solo, desde a impossibilidade de fragmentação dos lotes camponeses para fins de herança a expectativas de direitos cidadãos –,¹⁰⁵ "dissipou-se" o 'projeto camponês', considerado menos atrativo diante do trabalho urbano, agora beneficiário de direitos sociais.

A partir daquele momento, progressivamente, diminuiu a aversão ao trabalho prestado para terceiros, já que a legislação trabalhista oferecia novos benefícios materiais e simbólicos dos quais o assalariamento, outrora, não gozava. Em outras palavras, a positivação proporcionada pela legislação trabalhista suavizou as ressalvas vinculadas ao trabalho para outrem. Ainda assim, de certa forma, a valorização da autonomia se atualizava no engajamento na labuta no porto. Em geral, contudo, os polos se inverteram e o trabalho rural passou a ser

¹⁰⁴ PATARRA. "Dinâmica populacional".

¹⁰⁵ WEIMER. *Felisberta*, p. 137-153.

considerado desvantajoso. Inobstante a inflexão, o mercado de trabalho também seguia restritivo de acordo com critérios de ordem racial.

Convém não se esquecer, portanto, das dificuldades dos filhos e netos do campesinato negro em acessar os empregos fabris por causa do racismo. Ele não pode ser ignorado, sob a pena de minimizar as barreiras à cidadania sofridas. Se isso é verdade em meados do século XX (e inícios do século XXI), era ainda mais relevante no imediato pós-abolição. Apesar dos líderes sindicais negros já estudados, os critérios de racialização envolvidos no recrutamento da força de trabalho na Primeira República obedeciam a uma hierarquização fenotípica nada desprezível. Mesmo meio século mais tarde, no caso dos personagens aqui estudados, tais critérios estiveram em jogo.

A ênfase deste artigo na prejudicada presença dos negros nas fábricas não significa que os sujeitos de pesquisa não tenham compartilhado experiências com os operários em espaços como sindicatos ou, até mesmo, de moradia e vizinhança como "vilas de malocas". No caso de nossos entrevistados, porém, a possibilidade de a interação familiar conduzir aos espaços de sociabilidade proletária foi remota. Eram parentes distanciados, com pequeno contato. As migrações frequentemente quebravam redes de contato entre parentes. José Boaventura relatou episódios em que, décadas depois do processo migratório, veio a reencontrar familiares em virtude do acaso.

Se havia restrições no acesso ao emprego industrial, e se as redes familiares nem sempre possibilitavam a socialização em círculos operários, também existiam possibilidades de permeabilidade que passavam por espaços de atuação diversos do ambiente de trabalho, ou por meio de atividades laborais diversas. É o caso, por exemplo, de José Boaventura, que terminou por trabalhar na Companhia Estadual de Energia Elétrica a partir dos contatos adquiridos com a venda do cafezinho. Persiste, porém, uma percepção de racismo no recrutamento da mão de obra:

José – E agora uma coisa é certa. Pode existir, por exemplo, chega dois, uma magra e uma gorda. Uma branca e uma preta. O que que acontece, [...] Eles vão dar oportunidade...

Entrevistador – Pra branca. E pra magra.

José – Vão dar oportunidade pra magra.

Entrevistador – Uh-hum. É, é isso que acontece. E já acontecia naquela época?

José – Já. Já acontecia.¹⁰⁶

Tampouco isso tudo significa que esses trabalhadores estivessem alheios à dinâmica do capitalismo sulino; pelo contrário, eram funcionais ao modo de produção, ao constituir aquilo que Karl Marx designava como exército industrial de mão de obra de reserva.

Una sobrepoblación obrera es el producto necesario de la acumulación o del desarrollo de la riqueza sobre una base capitalista, esta sobrepoblación se convierte, a su vez, en palanca de la acumulación capitalista, e incluso en condición de existencia del modo capitalista de producción. Constituye un ejército industrial de reserva a disposición del capital, que le pertenece a éste tan absolutamente como si lo hubiera criado a sus expensas.¹⁰⁷

106 Entrevista com o Sr. José Boaventura da Rosa em 19 de novembro de 2015 em Porto Alegre.

107 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo 1, v. 3. México: Siglo XXI, p. 786.

Não caracterizamos um fenômeno complexo como o racismo, em todas suas dimensões políticas e simbólicas, como decorrência simples das necessidades do modo de produção capitalista, ao qual é anterior. Contudo, ele pôde ser instrumentalizado por esse último no sentido apontado por Marx: fomentando a concorrência pelos postos de trabalho e superexplorando um segmento por meio de menores salários. Essa discussão complexa extrapola, porém, o escopo do presente estudo.

É legítima a crítica de que a análise desenvolvida decorre do exemplo de apenas alguns personagens – uma família extensa –, com ênfase em um indivíduo. Um olhar macrossituado, porém, não teria permitido perceber minúcias que só a partir de casos exemplares foi possível acessar. Por outro lado, os dados estatísticos (de decréscimo relativo da população rural) apresentados na introdução deste artigo corroboram a urbanização da população rural em meados do século XX. Ademais, esses exemplos específicos indicam que proposições aceitas abrem margem a questões não resolvidas. Parece haver uma oportunidade de repensar ideias, problematizando as já relevantes contribuições de campos de estudo em diálogo.

O objetivo desta reflexão não foi desconstituir as contribuições da historiografia existente, mas apresentar alguns elementos para passos além na reflexão sobre a formação do proletariado. Não desqualificar os argumentos relativos à participação dos negros na classe operária nacional, mas complexificá-los a partir de outros elementos trazidos pela pesquisa desenvolvida neste artigo. Uma reflexão sobre éticas de trabalho é imprescindível. A variável geracional deveria ser levada em conta e o racismo poderia ser melhor observado. Finalmente, é chegada a hora de encarar o peso rural na formação da classe operária, não no sentido de desqualificá-la como "suscetível ao populismo", como migrantes rurais passivos e maleáveis à influência manipuladora de líderes políticos clientelistas,¹⁰⁸ mas a fim de melhor entender os processos de sua constituição.

Recebido em 30/06/2016

Aprovado em 18/12/2016

108 Ver a abordagem de GOMES. "Reflexões em torno".